

Subalternidade no coronelismo: um estudo da obra

Os Cabras do Coronel

André Luís Machado Galvão¹

Contato: almgalvao@uol.com.br

UFRB

RESUMO

Este trabalho discute, a partir da análise da obra ficcional *Os Cabras do Coronel* (1964) do escritor baiano Wilson Lins, a relação entre o fenômeno social e político do coronelismo e o conceito de subalternidade. O poder do coronel, principalmente no Nordeste brasileiro, representou a postura hegemônica dos chefes regionais, tendo como um dos pilares de sustentação a submissão das populações locais. A obra em estudo ratifica a concepção de que a abrangência de poder dos coronéis estava diretamente ligada à concentração fundiária, à influência política e à subalternidade de seus comandados e seguidores.

Palavras-Chave: Coronelismo, subalternidade, poder.

ABSTRACT

This paper discusses, from the analysis of fictional works *Os Cabras do Coronel* (1964) of the Bahia writer Wilson Lins, the relationship between the social and political phenomenon of the Colonels and the concept of subordination. The power of the colonel, especially in the Northeast of Brazil, represented the hegemonic stance of regional leaders, having as one of the pillars of the submission of local populations. The work study confirms the view that the scope of power of the colonels was directly linked to the concentration of land ownership, political influence and the inferiority of his lieutenants and followers.

Keywords: Colonel, subordination, power.

¹ Licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre em Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Servidor técnico-administrativo do CFP/UFRB.

Introdução

O coronelismo configura-se como um fenômeno social marcante no Brasil no século XX. Sua área de influência mais significativa foi o Nordeste, mais notadamente no sertão. Este trabalho pretende analisar como o conceito de subalternidade, proposto originalmente por Antonio Gramsci, se revela como um fator de identidade sócio-cultural brasileiro nas relações sociais que caracterizam o sistema sócio-político do coronelismo. Para isso tomou-se por referência a obra de ficção *Os Cabras do Coronel*.

O livro *Os Cabras do Coronel*, do político e jornalista baiano Wilson Lins, foi publicado em 1964, como o primeiro de uma trilogia sobre o coronelismo, que se completa com *O Reduto*, publicado em 1965 e *Remanso da Valentia*, de 1967. A identificação do autor com a memória de seu pai, o famoso e influente coronel Franklin Lins de Albuquerque, produz uma narrativa mesclada de narração de grandes feitos dos coronéis e apresentação da situação de miséria dos sertanejos, mesmo daqueles que servem aos chefes locais. Nesse sentido, Jorge Araújo (2008, p. 128) afirma que “Em Wilson Lins é muito forte o componente memorialístico e as impressões do narrador quase confundem com a biografia autoral”.

Um dado fundamental desta análise se concentra na oposição marcante entre os senhores locais, poderosos governantes da política e da sociedade, aliados aos políticos das capitais e a população sofrida dos mais longínquos sertões. A autoridade dos coronéis é inquestionável, e as pessoas que habitam esses lugares, ao mesmo tempo em que se submetem aos seus desmandos e vontades, sentem-se protegidas por eles, numa demonstração clara de que a imposição e manutenção desse poder se davam sob o expediente da força física, mas também de uma força ideológica, que considerava normal seguir o coronel, e jamais questioná-lo ou duvidar do seu poder.

Coronelismo e subalternidade: relações para além da ficção

O coronelismo, enquanto fenômeno social brasileiro, esteve sempre fundado em sólidos pilares políticos, nos quais a troca de favores e o jogo de conveniências solidificavam um sistema eficiente de representação. Nesse sentido, esclarece Faoro (1997, p. 621-622):

O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mas liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império. O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia.

No entanto, o poderio quase ilimitado dos chefes locais prosperou não só por conta dos conchavos políticos, mas também pelo distanciamento que os governantes mantinham dos mais recônditos lugarejos dos sertões. Essa teoria é confirmada por Vítor Nunes Leal (1997, p. 275), ao afirmar:

Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

O conceito de subalternidade encontra na realidade brasileira várias aplicações desde a colonização, com a oposição entre colonizador e colonizado, representando a chegada do homem culto, iluminado, para trazer luz às trevas da ignorância dos nativos. Além disso, na relação entre América Latina e grandes centros europeus ou Estados Unidos cabe aos latinos a posição de subalternos, de atrasados, de dependentes do capital, da inteligência e até do controle dos bem-aventurados mais evoluídos, que não por acaso são os mesmos empreendedores da colonização. Mais especificamente, aplica-se o conceito de subalterno na forte ideologia que ainda persiste de que o Nordeste é um local arcaico, atrasado e que seu povo não está dotado da mesma capacidade, inteligência e futuro que os abastados das regiões mais desenvolvidas do país. Nesse sentido, são muito pertinentes as observações de Gonçalves e Bonnici (2005, p. 153):

A ideologia subjacente aos termos sujeito e objeto é inerente às sociedades pós-coloniais e revela o sujeito colonial como alguém submetido à superioridade do dominador. Se o colonizador é sempre caracterizado como superior, civilizado e ativo na política de informações, o colonizado é considerado pelo grupo dominante como um ser degenerado, sem civilização, uma “tábua rasa”.

Como já foi explicitado anteriormente, o conceito de subalternidade foi descrito originalmente por Antonio Gramsci, citado aqui por Homi Bhabha (2005, p. 97): o subalterno “[não é simplesmente um grupo oprimido] mas sem autonomia, sujeito à influência ou hegemonia de outro grupo social, não possuindo sua própria posição hegemônica”. No caso da obra ficcional em análise, a população da cidade de Pilão Arcado é incapaz de se organizar socialmente sem a interveniência do Coronel. E mais: a sua ausência do centro das decisões é impensável, uma vez que sua opinião é sempre a hegemônica, suas vontades são sempre feitas, sem oposições consideráveis. O seu poder e truculência geram a noção de proteção, segurança. Isso gerava nas pessoas um sentimento ambivalente, reunindo numa mesma perspectiva amor e medo.

Essa ambivalência de sentimentos pode ser comprovada no dilema de Domingos Amarra Couro, importante cabo-de-turma do Coronel. O jagunço decide trair seu chefe, atravessando o sertão rumo ao Piauí para prestar serviço ao coronel inimigo, mas com o intuito de abandonar a vida de jagunço e viver em paz com o seu amor Doninha Calango, definida pelo narrador como “mulher de todo-mundo” (p. 12), com um histórico de prostituição e traição dos seus homens. No drama de consciência que experimenta, Domingos teme trair o Coronel, ao mesmo tempo em que pretende mudar o rumo da sua vida:

Domingos Amarra Couro relutara em dar aquele passo. Amava, tanto quanto temia, aquele chefe terrível, que, ao mesmo tempo que brutal, era capaz de grandes ternuras, e cuja fama de invencibilidade, espalhando-se pelo sertão, fora ter com ele lá no seu distante Riacho do Navio, no agreste pernambucano, atraindo-o à velha e decadente Vila do tempo dos desbravadores. Atraído pela fama do belicoso chefe de guerrilhas, que, da Vila, irradiava seu poder por todo o Vale de São Francisco, abandonara o bando a que pertencia e que era um dos muitos que, àquela época, intranquilizavam o sertão nordestino, assaltando fazendas e vilarejos, para ir oferecer seus serviços ao coronel, sob cuja proteção tinha certeza de encontrar segurança. Cansado da vida errante que levava no bando, de há muito desejava abandonar o cangaço irregular dos salteadores de estrada, e sair a procurar um chefe poderoso de sertão, sob cujas ordens pudesse servir sem receio. (Lins, 1964, p. 14-15)

Domingos Amarra Couro protagoniza o caso típico de quem abre mão de sua independência e autonomia para se sentir “seguro” sob as ordens inquestionáveis de um superior. Neste caso, a miséria do sertanejo também o empurra para a condição de subalterno, diante da necessidade de servir a alguém para ter estabilidade econômica, que no caso era semelhante apenas a não passar fome. Por outro lado, destaque-se o caráter ideológico da dominação: a fama dos feitos e da personalidade do coronel atravessa o sertão, levando a tantos outros pobres sem rumo como Domingos uma ilusão de segurança e até prosperidade. O conceito de subalternidade é então reforçado não apenas pelos dominados, mas também pelo dominador.

A narrativa ainda apresenta outras situações em que o poder dos coronéis nas cidades sob sua influência determina o destino das populações. A batalha entre o Coronel de Pilão Arcado e coronel Thebas de Remanso, por exemplo, pôs em estado de sítio a cidade de Remanso. O poder político, econômico e bélico dava as cartas naquela região, e os coronéis lutavam em seu tabuleiro de xadrez, apenas movendo as peças, manipulando jagunços e inocentes, que apenas podiam seguir ordens:

Os amigos do Coronel, em Remanso, que já viviam constantemente ameaçados, estavam agora na iminência de trucidamento, o que já não ocorrera graças à autoridade do Juiz de Direito, que conseguia impor-se aos grupos em choque na sede da Comarca. Os partidários do Coronel eram numerosos na cidade, mas as posições policiais e políticas estavam em poder de Thebas, que os trazia permanentemente coagidos. (Lins, 1964, p. 60)

O caso de Facundo Boi lança luz sobre a condição de subalterno, estabelecendo uma aproximação de outro conceito muito importante para se analisar o contexto do coronelismo no nordeste brasileiro: a noção de mediação do favor.

Há dez anos que Facundo servia ao chefe de Pilão arcado, arriscando a vida em viagens perigosas, subindo e descendo o São Francisco. Regressando à Vila naquele fim de tarde, ia remando com gosto, sem pensar na vida dura que o povo da ribeira levava, lutando contra as secas e contra as enchentes, em meio à guerra sem tréguas dos coronéis do barranco. Desejoso de trocar o remo pelo fuzil, de há muito ele pedia ao coronel para deixar aquela vida de remador [...]. Viajava tanto, entre Pilão Arcado e Remanso, que já nem sabia dizer ao certo em qual dos dois lugares estava morando. Mas trabalhava com gosto, pois dava gosto trabalhar para o Coronel. (Lins, 1964, p. 69-70)

O narrador dá a entender, na obra ficcional, que tanto Domingos Amarra Couro quanto Facundo Boi sentiam prazer em trabalhar para o Coronel, apesar de o primeiro pensar em fugir para mudar de vida. Essa visão “romântica” do condutor da história aponta, na verdade, para uma limitação: ambos os servidores do caudilho de Pilão Arcado faziam apenas o que ele determinasse, em troca de proteção. Essa condição de subalterno a que os dois e tantos outros se submetiam se relaciona com a teoria da mediação do favor, bem explicada por Roberto Schwarz (1992, p. 17):

O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. [...]

E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexu escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O favor, portanto, substitui a estrutura escravocrata e é mais bem aceito pela sociedade, porém mantém uma relação de subordinação em que o dominador assume controle quase absoluto sobre a vida do dominado. Sob a lógica do favor, acentua-se a idéia de subalternidade, definida, entre outros aspectos, pela questão econômica e pela influência política e social exercida por aquele que domina.

A dominação do coronel sobre a região sob seu comando é enorme, quase irrestrita no livro em análise. Suas ordens, que não precisam ser escritas, são cumpridas como leis, dado o temor e a obediência que todos nutrem em relação a ele. Além do narrador, muitos diálogos entre personagens comprovam essas afirmações:

- Qual! – adianta-se Fidelino – o fuzil do Coronel só atira em favor do Coronel, por ordem do Coronel. Quase toda a população civil do município está armada, mas não se vê um crime em Pilão Arcado. E quando, o que é inevitável, dois homens se desentendem e vão às vias de fato, usam é suas facas ou seus revólveres, que os fuzis do Coronel ninguém usa em briga particular. E ai de quem transgrida essa lei não escrita, mas tão rigorosamente cumprida. (Lins, 1964, p. 87)

O poder quase absoluto do coronel sobre a população assume vários matizes na obra, evidenciando uma obediência cega, um grau elevado de subalternidade por parte daqueles que veem no coronel uma onipresença e onisciência que vão além da condição humana, gerando situações no mínimo inusitadas ao longo da história, como se pode observar a seguir:

- E o senhor ainda não sabe de nada... [...] – Quando alguém comete um crime, por lá, o Coronel manda dizer ao criminoso que procure o carcereiro e se entregue.

- E não há quem não obedeça – é Fidelino outra vez quem fala, e dá um exemplo: - Eu mesmo já assisti um cabra procurar o carcereiro, dizendo: “O Coronel mandou dizer que estou preso”. E como o carcereiro, que era pedreiro, estivesse muito ocupado, não podendo largar o serviço, para ir prender o homem, eu o vi tirar da cintura a chave, e entregá-la ao preso, ordenando: tome a chave, abra a cadeia e entre. (Lins, 1964, p. 89)

As “leis” do Coronel são absolutas, não dependem de texto escrito, mas nem por isso correm o risco de não serem cumpridas. Diante de tamanho nível de subalternidade, o fato de alguém mandar dizer que o coronel tenha dado alguma ordem já significa obrigação de cumpri-la. Mesmo que seja numa situação tão pouco convencional como a que foi relatada no diálogo acima.

Mas a dominação que gera essa subalternidade perante o coronel e todo o seu poderio não se sustenta apenas no uso da força ou das imposições de convívio social. Essa relação é baseada também na sensação de amparo, preenchendo uma lacuna deixada pelos governantes que se mantêm a quilômetros de distância das cidades esquecidas no sertão, entregues às calamidades como secas e enchentes. Se o representante eleito pelo povo (com a ajuda do coronel, é claro) não lhe presta auxílio ou pelo menos atenção, cabe ao chefe local cumprir esse papel, o que faz de forma a ampliar ainda mais o seu domínio sobre a sua legião de subalternos. O diálogo abaixo é um exemplo claro de tudo isso:

- A seca está terrível – disse Quebra-Voga.

- Se não fosse o Coronel, esse povo todo dessa caatinga já tinha morrido de fome. Ele já mandou mais de cem sacos de farinha.

- E a carne seca que tem vindo lá da Vila?

- Se não fosse ele, não tinha mais ninguém vivo por aqui. (Lins, 1964, p. 112)

Nem só de força vive o domínio do coronel. Sua “piedade” e sua “bondade” também reforçam a submissão que os seguidores lhe prestam, criando uma aura de mito, alimentando um sentido misto de amor e temor, como o que Domingos Amarra Couro por ele nutria.

Há, porém, uma possibilidade de mudança para aqueles que fazem parte da classe dos subalternos. Essa emancipação, no entanto, está assentada na negação da subalternidade, como salienta Del Roio (2007, p. 74):

As classes subalternas podem compor um novo Estado, uma nova totalidade, precisamente a partir do momento em que negam a subalternidade e se emancipam. Conhecer e transformar são aspectos e momentos da filosofia da práxis, da ciência da história e da política. Por isso, Gramsci enuncia alguns pontos essenciais de pesquisa para quem se arrisca a fazer história das classes subalternas tendo em mente o projeto de sua emancipação.

Historiador aqui não é apenas o especialista nos estudos dos acontecimentos do passado, mas é o intelectual orgânico que faz a história junto com as classes subalternas, no sentido de práxis. É preciso conhecer a origem e o desenvolvimento dos grupos sociais subalternos, seu grau de adesão à ordem existente, sua capacidade de impor reivindicações próprias, o surgimento de formações dos grupos dirigentes voltados a manter a subalternidade, o surgimento de formações dos grupos subalternos que afirmem seus interesses dentro da ordem ou que lutem contra a subalternidade.

Considerações finais

Diante do exposto, na estrutura social arcaica do coronelismo, a emancipação dos subalternos estava praticamente condenada ao impossível. Desde a dificuldade de agrupamento para lutar contra a subalternidade até o fato de que eram poucos os que tinham acesso à educação, a maioria absoluta sequer sabia ler. O poder econômico e político do coronel era esmagador, por isso sempre foi absoluto onde existiu.

As iniciativas de emancipação também não aconteciam por que não havia consciência do estado de subalternidade, como até nos dias de hoje ainda não há. Desse modo, apenas atitudes heróicas isoladas como a de Domingos Amarra Couro, que resolveu desafiar o coronel que tanto admirava, abriam caminhos para algum tipo de emancipação, mesmo que motivadas não pela consciência da situação social, mas pelo amor, numa demonstração clara de emoção preponderando sobre a razão.

A obra *Os cabras do Coronel*, portanto, apresenta o coronelismo, deixando transparecer inclusive as vertentes sociais que, de alguma forma, lhe davam sustentação. A partir da narrativa, foi possível identificar como a subalternidade se configura como um índice de identidade cultural no sertão nordestino, durante o período em que os coronéis eram os senhores absolutos da política, da economia e da sociedade daquela região.

Referências

ARAÚJO, Jorge. **Floração de imaginários**: O romance baiano no século 20. Itabuna / Ilhéus: Via Litterarum, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. (Coleção Humanitas).

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 29, Nov. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782007000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20.02.2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. v. 2. São Paulo: Globo, 1997.

GONÇALVES, Ângela Aparecida e BONNICI, Thomas. O conceito de resistência em três textos da literatura brasileira à luz da teoria pós-colonial. In: **Acta Sci. Human Soc. Sci.** v. 27. Maringá-PR, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/196/144>. Acesso em 20.02.2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINS, Wilson. **Os Cabras do Coronel**. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.